

Rainer Kessler

Universidade de Marburgo, Alemanha

Ética profética para um mundo sustentável

[Tradução do alemão por Monika Ottermann]

O título da minha conferência contém dois termos centrais, o termo “sustentabilidade” e o termo “ética profética”. Ambos os termos não são evidentes, mas precisam ser explicados.

1. O que entendemos por “sustentabilidade” e por “ética profética”

Vamos começar pelo termo da sustentabilidade. No uso amplamente divulgado que nós conhecemos hoje, o termo da sustentabilidade é ainda muito novo. Sua carreira começou nos anos 80, quando o conceito da sustentabilidade foi desenvolvido primeiro pelo *Club of Rome* e depois pelas Nações Unidas, a ONU. Originalmente, o termo provém da silvicultura, da gestão de florestas. Uma floresta é explorada e administrada de modo sustentável quando não se derruba mais árvores do que podem crescer para substituir as árvores cortadas. Isto se tornou o modelo para outros usos do termo. No setor da energia, ele significa que não se deve usar mais energia do que pode ser produzida depois. Para o meio ambiente, o termo significa que ele não deve ser mais poluído e comprometido do que ele consegue se regenerar.

Deste uso direto da palavra “sustentável” são derivados significados figurados. Uma política social sustentável visa a preservação do equilíbrio social. Na economia sustentável evita-se o desperdício de matérias primas e de lixo, ou seja, de matérias recicláveis. Uma política sustentável leva em conta os interesses de gerações futuras.

De modo geral podemos dizer que o conceito da sustentabilidade não se refere somente a estas áreas individuais que acabamos de mencionar, mas que ele visa a integração destas áreas. Uma política sustentável articula e integra aspectos sociais, energéticos, econômicos e ecológicos. Na Wikipédia em Língua Portuguesa encontrei a seguinte definição: “O Conceito de Sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as Questões Sociais, Energéticas, Econômicas e Ambientais”. Na época da Antiguidade, a questão dos recursos limitados de energia ainda não era um fator importante. Por isto, vamos nos concentrar na abordagem da ética profética na questão sócio-econômica e na questão ecológica.

Mas antes de entrar nesse assunto devo falar ainda do segundo termo do título da minha conferência: a ética profética. Quando falamos de ética profética queremos dizer algo diferente do que quando falamos da ética de Aristóteles ou da ética de Kant. Estes e outros filósofos ou teólogos escreveram livros que tratam a questão da ética sistematicamente. Na maioria das vezes aparece nos títulos desses livros a palavra “ética” ou a palavra “moral”. No profetismo, isto não existe. A ética dos profetas não é uma ética explícita como a ética dos filósofos e dos teólogos sistemáticos. Ainda assim, os profetas possuem algo como uma ética implícita. Suas palavras estão embasadas em critérios éticos, e para avaliar a conduta de seus contemporâneos, eles usam medidas éticas implícitas. Neste sentido é bem justificado falar de uma ética profética.

2. O profetismo literário como reação à crise social

O início do assim chamado profetismo literário ou “profetismo clássico” pode ser situado no século oito antes de Cristo. O profetismo existiu em Israel também já antes dos profetas literários, assim como existia profetismo em Mari e na Assíria, e assim como existiu e existe até hoje profetismo na maioria das religiões, desde os inícios. O fenômeno singular no caso de Israel é que as palavras de profetas foram colecionadas e que foram registradas e transmitidas sob o nome daquele profeta. Nem em Mari nem em Assur existiu algo parecido. Em Mari, oficiais da corte anotaram certos ditos de profetas em cartas ao rei, mas, mais cedo ou mais tarde, essas cartas eram destruídas. No Império Assírio, ou melhor, no Império Neo-Assírio, a corte colecionava oráculos que eram favoráveis para o imperador. Mas o fato de colecionar e passar adiante as palavras de um Amós ou de um Oseias, de um Isaías ou de um Miqueias, é único e existiu só em Israel. Portanto, o que tem de especial em Israel não é a profecia – ela existe praticamente em todas as culturas –, mas o livro profético.

Penso que a explicação desse desenvolvimento seja a seguinte: na época da monarquia, a sociedade de Israel e Judá enveredou para um processo de transformação que foi muito profundo e que gerou uma crise. Os profetas do século oitavo reagiram a esse processo. Eles o criticaram e anunciaram uma ameaça para a existência futura da sociedade. Mais tarde, quando o Reino do Norte, Israel, sucumbiu aos golpes da expansão assíria, isto foi considerado uma confirmação dessas profecias. Posteriormente ocorreu o mesmo em Judá. Assim, o profetismo crítico, que até então estava limitado a pequenos círculos da oposição, ganhou uma aceitação mais ampla. Os livros dos profetas receberam releituras e foram transmitidos pelas gerações, até que encontrassem finalmente sua forma canônica nas épocas persa e helenista.

a) A sociedade tradicional de Israel e Judá

Vamos voltar agora para os inícios. Eu disse que vejo uma relação entre o surgimento do profetismo literário e a crise social que podemos observar no século oitavo. Como era o mundo que entrou em crise, naquela época?

É claro que não sabemos todos os detalhes das situações sociais que existiram em Israel e Judá desde a formação destes dois Estados. Mas é efetivamente possível reconstruir as linhas principais da conjuntura. A partir do século doze, a base da sociedade da grandeza de Israel eram as famílias de agricultores. Cada família tinha sua casa e sua roça. O ideal era a igualdade entre as propriedades de todas as famílias. As narrativas da distribuição da terra liderada por Josué refletem este ideal.

As famílias conviviam em pequenas comunidades que tinham caráter de aldeias. As plantas de assentamentos da época pré-estatal mostram casas que têm todas mais ou menos o mesmo tamanho. Nesses assentamentos faltam completamente edifícios representativos, como são típicos para formas de governos centralizados. É verdade que, na época da monarquia, aparecem também as muralhas que protegem as cidades, bem como edifícios nobres e senhoriais. Mas as casas comuns dos moradores de aldeias e cidades preservam sua uniformidade.

Podemos supor que as relações entre vizinhos estavam baseadas em solidariedade e ajuda mútua. Isto era indispensável para a sobrevivência da comunidade. Litígios jurídicos eram resolvidos dentro da própria comunidade. O objetivo não era o castigo, mas uma conciliação

entre as partes. Afinal, as pessoas tinham que continuar a conviver. Elas precisavam umas das outras.

Eu não tenho a intenção de esboçar aqui um idílio romântico. Não sabemos como eram as relações dentro das famílias, por exemplo, entre homens e mulheres ou entre pessoas mais idosas e mais novas. Certamente havia na realidade também diferenças entre o número de pessoas e entre as forças nas distintas famílias. Contudo, de modo geral, essa sociedade estava equilibrada. Podemos dizer que sua economia e sua convivência social se caracterizavam por sustentabilidade.

b) A decadência da sociedade tradicional e a formação de uma antiga sociedade de classes

Ao que tudo indica, essa sociedade entrou numa crise no século oitavo. Aqui não podemos especular sobre os motivos que levaram a essa crise. Como acontece sempre com importantes desenvolvimentos históricos, precisamos partir da suposição de que havia mais que um único motivo para as mudanças. Revoluções e reviravoltas históricas nunca são monocausais, elas são sempre multicausais. No entanto, podemos perceber com bastante clareza os fenômenos nos quais essa crise se manifestava.

Em primeiro lugar devemos mencionar a concentração da posse de terras nas mãos de poucos. Em Isaías há a seguinte denúncia:

Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem herdade a herdade, até que não haja mais lugar, e fiquem como únicos moradores na terra (Is 5,8).

Este dito mostra que se trata de um desenvolvimento dinâmico: até que não sobrar nada... Neste contexto, a afirmação de que alguns ficam como os únicos moradores na terra significa que eles são os únicos no país que sobraram como homens livres. Todos os outros ficaram sem posses e se tornaram dependentes deles.

Um desenvolvimento semelhante é criticado por Miqueias:

Ai daqueles que, nas suas camas, intentam a iniquidade e maquinam o mal: à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão! E cobiçam campos, e os arrebata, e casas, e as tomam: assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e a sua herança (Mq 2,1-2).

É lógico que a opressão pelos ricos atinge não só os homens livres, mas também as suas mulheres, filhos e filhas. Miqueias registra isto em 2,9:

Lançastes fora as mulheres do meu povo, da casa das suas delícias: dos seus meninos tirastes o meu louvor, para sempre.

Este versículo nos diz na primeira parte que as mulheres são despejadas de suas casas. A segunda metade do versículo significa que os filhos e as filhas caem na escravidão. Na Antiguidade, estas duas coisas estavam relacionadas, inseparavelmente: a perda da propriedade e a perda da liberdade pessoal. Isto fica muito claro na crítica do profeta Jeremias (5,26-28):

Porque ímpios se acham entre o meu povo, cada um anda espiando como se acaçapam os passarinhos. Armam laços perniciosos, com que prendem os homens. Como uma gaiola cheia de pássaros, são as suas casas cheias de engano. Por isso se engrandeceram, e

enriqueceram. Engordam-se, alisam-se e ultrapassam até os feitos dos malignos. Não julgam a causa dos órfãos, para que eles prosperem, nem julgam o direito dos pobres.

Por trás deste desenvolvimento social está o problema clássico das dívidas. Muitas vezes, agricultores são obrigados a pedir um crédito, seja em dinheiro, seja em grãos ou outra espécie (cf. a formulação em Deuteronômio 23,19: ... não emprestarás à usura, nem à usura de dinheiro, nem à usura de comida, nem à usura de qualquer coisa que se empreste à usura). Eles respondem pela devolução do crédito com suas posses, primeiro com as posses móveis, depois com as posses imóveis (casa, roça). Ao lado da responsabilidade vinculada a objetos há também a responsabilidade vinculada às pessoas quando um crédito não pode ser devolvido. Ela significa que membros da família tinham que ser entregues como escravos ou escravos, devido à dívida. Somente com este sistema é possível explicar como casas e campos podem ser concentrados nas mãos de poucos e como seres humanos podem ser “presos” por outros seres humanos, como o expressa Jeremias 5,26-28: eles prendem os homens.

Dívidas eram uma coisa comum da vida cotidiana dos agricultores na Antiguidade. O aspecto particular no desenvolvimento a partir do século oitavo foi que essas dívidas cresceram tanto que jamais poderiam ser pagas. A partir da situação precária de famílias individuais nasce uma crise da sociedade inteira.

c) A reação dos profetas

Quando perguntamos pela reação profética sob o aspecto da ética profética para um mundo sustentável, a primeira reação é uma certa decepção. Por via de regra, os oráculos dos profetas são compostos de dois elementos: a crítica às condições existentes e o anúncio de um futuro no qual haverá uma intervenção de Deus. Como já dissemos, estes elementos não contêm uma ética explícita. E um termo como “sustentabilidade”, no uso moderno da palavra, era desconhecido aos profetas.

Mas mesmo assim podemos encontrar nas palavras dos profetas algo como uma ética implícita. Podemos chamar essa ética de “conservadora”. Os profetas criticam que as condições de vida foram mudadas. No entanto, eles não criticam a mudança da situação, porque querem preservar, por algum motivo ideológico, aquilo que existe. Eles criticam a mudança porque os membros fracos da sociedade estão pagando o preço dela.

Em Amós, o primeiro dos profetas clássicos, encontra-se um grande número de palavras que ele usa para se referir a estes fracos e pobres. Ele os chama de *`ebyon*, pobres no sentido material. Eles são *dal*, o que pode ter também o sentido de “emagrecidos, subnutridos”. São chamados de *ani*, miseráveis, oprimidos. E eles são *tsaddiq*, ou seja, inocentes no sentido jurídico. Quando consideramos as palavras de Amós em conjunto, percebemos que essas pessoas ainda têm alguma posse própria. Ainda é possível tirar mais delas. Ainda não vivem numa miséria total, sem posse alguma. Não são mendigos. Mas sua situação é extremamente precária. Essas pessoas vivem no constante perigo de perder absolutamente tudo.

Em Miqueias, a situação é muito semelhante. Eu já citei as palavras de Miqueias 2. Elas falam de um homem que corre o risco de perder sua casa e seu campo. Ele ainda os possui, mas, como diz Miqueias, isto não vai durar muito. E quando ele os perder, também a mulher será despejada da casa, e os filhos e filhas podem ser levados para a escravidão, por causa das dívidas.

Outros profetas como, por exemplo, Isaías, Jeremias e Ezequiel mencionam também as viúvas e os órfãos, e é interessante que estas pessoas não sejam mencionadas em Amós e Miqueias.

Viúvas e órfãos são pessoas que, já como tais, vivem muitas vezes numa situação difícil. À diferença de famílias de agricultores, frequentemente, elas não têm nenhuma posse ou somente uma posse muito pequena. Por isto, são especialmente ameaçadas.

Mais tarde, em Ezequiel, menciona-se pela primeira vez um grupo de pessoas que o profeta caracteriza como “famintas e nuas” (Ez 18). Estas pessoas não podem mais plantar e também não podem produzir nada de outra forma. Por isto estão famintas e precisam mendigar ou furtar comida. Suas vestes são apenas trapos. Com Ezequiel já deixamos o século oito e já estamos no século seis. O aumento da miséria e o desenvolvimento do empobrecimento já aconteceram. E quando lemos textos ainda mais tardios, como, por exemplo, o Livro de Jó e os Evangelhos do Novo Testamento, percebemos que a miséria e o empobrecimento cresceram cada vez mais.

É verdade que as palavras dos profetas possuem acentos muito diferenciados. Mas esses acentos coincidem em uma coisa bem importante: os profetas estão do lado dos fracos. Eles assumem uma parcialidade. Eles não veem o desenvolvimento com os olhos de um economista ou de um politólogo. Com toda a sua paixão, eles estão do lado das vítimas.

É interessante que eles quase não informam sobre os critérios de sua decisão. Quando comentam ocasionalmente em que eles medem o desenvolvimento, eles mencionam duas grandezas: direito e justiça, em hebraico: *mishpat* e *tsedaqá*. No famoso Cântico da Vinha, Isaías descreve como Deus cultivou bem a vinha Judá, mas como ela não deu fruto. O ponto alto e central do cântico encontra-se no último versículo (Is 5,7):

(Javé) esperou que exercessem direito, e eis aqui opressão, justiça, e eis aqui clamor.

Como se sabe, Amós se contenta quase exclusivamente com críticas. Há apenas alguns poucos textos em que ressoa uma exigência positiva. E esta exigência diz (Am 5,24):

Corra, porém, o direito como as águas, e a justiça como o ribeiro impetuoso.

Amós não descreve em que consistem direito e justiça. Trata-se de conceitos tradicionais. Todo mundo os conhece, não é preciso explicitá-los detalhadamente. Além disso, muito provavelmente, os profetas antigos do século oitavo ainda nem conheciam coletâneas escritas de leis. Em todo caso chama a atenção que eles nunca se referem a mandamentos explicitamente formulados.

No entanto, isto não significa que Deus não teria nada a ver com tudo isto. Muito ao contrário! Vamos voltar para aquele cântico de Isaías, o Cântico da Vinha. Na linguagem metafórica do cântico, Deus é o vinhateiro que cuida do pomar. É ele quem vasculha Judá para encontrar direito e justiça. Tudo que os profetas formulam como crítica à situação social, eles formulam em nome de Deus. Sua crítica social tem um vínculo forte com Deus.

Este vínculo forte com Deus diz respeito, de maneira especialmente clara, à segunda parte de seus ditos, a saber, ao anúncio do futuro. A crítica à injustiça social leva os profetas à conclusão de que Deus vai intervir com seu castigo. Ele castigará aqueles que são os responsáveis por esse desenvolvimento. Aqueles que concentram nas suas mãos casas e campos terão futuramente apenas colheitas precárias, diz Isaías (Isaías 5,8-10 – cinco, oito a dez). Mas os profetas contam também com a possibilidade de que a sociedade inteira entre em colapso. Depois de enumerar os delitos dos ricos e poderosos, Miqueias encerra sua profecia assim (Mq 3,12):

Portanto, por causa de vós, Sião será lavrada como um campo, e Jerusalém se tornará em montões de pedras, e o monte desta casa em lugares altos de um bosque.

Em relação ao nosso tema da sustentabilidade podemos dizer que uma sociedade na qual não existem direito e justiça não consegue continuar a existir. Quando uma sociedade construída sobre a solidariedade entre parentes e vizinhos se transforma em uma sociedade de classes, ela não tem futuro. Ela não é sustentável. E, assim dizem os profetas, é o próprio Deus que não aceitará esse desenvolvimento.

Antes de passar para a próxima parte da minha conferência, eu gostaria de fazer um breve resumo desta parte. A crítica profética reage à mudança da situação social que ocorre a partir do século oitavo. Os profetas criticam em nome de Deus o desenvolvimento que vai de uma sociedade solidária para uma sociedade de classes. Eles anunciam a intervenção de Deus. Em parte, eles contam com a possibilidade de que a sociedade inteira não continuará a existir. Eles dizem que uma sociedade sem direito e justiça não pode ser sustentável. Recorrem a Deus tanto em sua crítica como em seus anúncios para o futuro, e assim conferem a ambos os aspectos um grande significado.

No entanto, os profetas não dizem muito sobre a questão de como poderia ser um desenvolvimento sustentável da sociedade. Eles remetem a direito e justiça, mas o que isto significa concretamente, é dificilmente explicitado. Aqui, a Torá, que também se forma a partir do século oitavo, dá um importante passo a mais.

3. A formação da Torá como reação à crise social

A crise social do século oito, a passagem de uma sociedade solidária para uma sociedade de classes, desencadeia não só a crítica dos profetas. Ela é também uma motivação para compilar textos legais. A partir do século oitavo surgem em Israel os primeiros códigos de leis. O Código da Aliança foi provavelmente compilado pelo fim do século oito, e a Lei Deuteronomica seguiu no século sete. Diferentemente dos profetas, esses textos indicam muito precisamente como se deve lidar com o desenvolvimento que provocou a crise. Existem leis sobre a escravidão de homens e mulheres por causa de dívidas. Existe a proibição, muitas vezes repetida, de cobrar juros. Muitas leis tematizam a proteção dos pobres, particularmente das viúvas, dos órfãos e dos estrangeiros. Formula-se a exigência de perdoar as dívidas a cada sete anos. Isto procura garantir que a sociedade não se divida em classes. A cada setes anos, o equilíbrio entre as forças na sociedade deve ser restabelecido.

A crítica dos profetas e as normas da Tora estão voltadas para os mesmos problemas. Isto pode ser demonstrado em muitos exemplos. Aqui quero mencionar apenas três. Amós 2,7 (dois, sete) critica que um homem e seu filho juntos exploram sexualmente uma mulher que se tornou escrava por causa de dívidas. Êxodo 21,7-11 determina que uma escrava dessa categoria pode ser dada em casamento somente ao seu dono ou a um filho dele, e que ela depois tem os mesmos direitos que uma esposa livre. Um segundo exemplo. Miqueias 2,2 denuncia que os poderosos “cobiçam” casas e campos. O verbo hebraico usado é *chamad*. O Decálogo diz: Não cobiçarás a casa de teu próximo (Ex 20,17), usando o mesmo verbo *chamad*. E finalmente um terceiro exemplo. Jeremias 5,28 denuncia: Não julgam o direito dos pobres. Êxodo 23,6 determina: Não perverterás o direito do teu pobre na sua demanda.

Aqui não quero continuar comentando as distintas prescrições da Tora. Primeiro, meu tema é «Ética profética para um mundo sustentável» e não «A ética da Torá para um mundo sustentável». E, segundo, em setembro do ano passado ministrei uma conferência na Universidade Metodista, cujo tema era exatamente a reação da Torá à crise social. Seu título

foi «A Torá como reação à transformação da sociedade israelita a partir do século oitavo antes de Cristo.». Não faz sentido repetir aqui todas essas reflexões.

Em vez disto quero destacar somente dois elementos teológicos fundamentais que realçam a importância da Tora para o tema da sustentabilidade. O primeiro é a compreensão de que uma sociedade pode continuar a existir somente quando há nela uma equilíbrio dos interesses. Um bom exemplo é a lei que determina que escravos por causa de dívidas devem sair livres no sétimo ano. Este exemplo mostra também que a Torá passou ao longo dos séculos por um desenvolvimento para realmente alcançar o objetivo da sustentabilidade. Êxodo 21,2-6 determina que, depois de seis anos, o escravo por causa de dívidas deve receber sua manumissão. Fica aberto se isto se aplicava também a escravas por causa de dívidas. Deuteronômio 15,12-18 reformula esta lei. Logo na primeira sentença determina-se que vale tanto para homens como para mulheres escravizadas por causa de dívidas. Também se determina, indo além de Êxodo 21, que as escravas e os escravos manumissos devem receber algo ao ir embora, uma ou duas ovelhas, um pouco de sementes ou outras coisas semelhantes. As pessoas manumissas precisam de um capital inicial. Sem isto, estariam em pouco tempo na mesma situação de antes. Precisariam contrair dívidas e rapidamente voltariam para a escravidão. A intenção da lei é evitar isto. A equilíbrio dos interesses é mais importante do que os interesses dos fazendeiros ricos.

O segundo motivo, eu gostaria de chamá-lo de “conceito de um ciclo de bênção”. Deus abençoou os israelitas com a posse da terra. Com esta terra, eles podem produzir. Disso nasce outra bênção. No entanto, este ciclo funciona somente quando existe justiça social. Quando falta a justiça social, o ciclo da bênção é interrompido. Podemos perceber isto naquela lei sobre a manumissão de escravo e escravas. O dono deve dar alguma coisa à pessoa que recupera sua liberdade. O texto diz exatamente: (alguma coisa) daquilo com que o Senhor, teu Deus, te tiver abençoado, lhe darás (Dt 15,14). E quando o dono dá algo de sua bênção às pessoas manumissas, ele será abençoado por sua vez: assim o Senhor, teu Deus, te abençoará, em tudo o que fizeres (15,18). É um ciclo de bênção que continua graças ao fato de fazer justiça social.

Estes dois motivos teológicos, o motivo da equilíbrio dos interesses e o motivo do ciclo de bênção, têm como objetivo que a sociedade não se despedace, mas que ela continue a existir. Eles não eliminam as desigualdades na sociedade, mas pelo menos as amenizam e ajudam a evitar que a coesão da sociedade se rompa por completo. Este, porém, não é o último objetivo. Logo na primeira lei social, a lei sobre o perdão das dívidas, é inserido um trechinho que ultrapassa todas as prescrições individuais. Ele formula a visão de uma sociedade sem marginalizados, sem excluídos, sem pobres. A condição para esta sociedade é que os mandamentos da Tora sejam observados. Deuteronômio 15,4-6 diz:

Somente para que entre ti não haja pobre, pois o Senhor abundantemente te abençoará na terra que o Senhor, teu Deus, te dará por herança, para possuí-la. Se somente ouvires diligentemente a voz do Senhor, teu Deus, para cuidares em fazer todos estes mandamentos que hoje te ordeno. Porque o Senhor, teu Deus, te abençoará, como te tem dito ...

Aqui temos a visão verdadeiramente profética de uma sociedade sem pobres. Quando a Tora é observada, a existência sustentável da sociedade é possível.

4. O aspecto ecológico da sustentabilidade na profecia veterotestamentária

No início da minha conferência, eu lembrei que, no uso que fazemos hoje da palavra sustentabilidade, estão em destaque questões da ecologia e do consumo de energia. No sanitário masculino da Universidade Metodista há uma placa junto às pias para lavar as mãos e às caixas com as toalhas de papel para enxugá-las. Essa placa diz: “Pequenos gestos fazem um mundo sustentável. Poupe a terceira folha.” Como podemos perceber, este uso da palavra “sustentável” não diz respeito à justiça social, e sim à lida responsável com os recursos naturais.

Na última parte da minha conferência quero mostrar que este aspecto ecológico da sustentabilidade não é inteiramente alheio ao profetismo do Antigo Testamento.

a) A ideologia do rei no Antigo Oriente

Em todo Antigo Oriente encontramos o conceito de que o governo bom e justo do rei e a fertilidade da natureza estão inseparavelmente vinculados. Temos numerosos exemplos disto, tanto do Egito faraônico como da Mesopotâmia desde os tempos dos sumérios. Também no Antigo Testamento temos indícios desta compreensão. Quando houve uma fome durante o reinado de Davi – uma fome de três anos, de ano em ano (2Sm 21,1) –, Davi consulta a Javé. Ele age assim porque está convencido de que ele enquanto rei é o responsável por fazer com que essa fome termine.

Um texto verdadeiramente clássico é o Salmo 72, uma oração por um rei que acaba de ser entronizado. Neste salmo predominam dois temas: o anseio pela justiça social e o anseio pela fertilidade da natureza, e ambas as coisas dependem da atuação do rei. Por isto, o salmo inicia como segue (v. 2.4):

Ó Deus, dá ao rei os teus direitos, e a tua justiça ao filho do rei.

Ele julgará ao teu povo com justiça, e aos teus pobres com direito ...

Julgará os aflitos do povo, salvará os filhos do necessitado e quebrantará o opressor ...

Um pouco adiante, o salmo reza (v. 12-14):

Porque ele livrará ao necessitado quando clamar, como, também, ao aflito e ao que não tem quem o ajude.

Compadecer-se-á do pobre e do aflito, e salvará as almas dos necessitados.

Libertará as suas almas do engano e da violência, e precioso será o seu sangue aos olhos dele.

Dois versículos depois, o tema não é mais a justiça social, mas a fertilidade da natureza (v. 16):

Haverá um punhado de trigo na terra sobre os cumes dos montes;

o seu fruto se moverá como o Líbano, e os da cidade florescerão como a erva da terra.

a) A fertilidade da terra na literatura profética

No profetismo clássico, o tema da fertilidade da terra tem apenas uma importância secundária. No fundo, ele aparece somente nos anúncios de castigo para aqueles que se enriquecem às custas dos pequenos agricultores pobres. Os próprios campos e vinhas desses ricos se tornarão inférteis (cf. Is 5,8-10). De modo geral, porém, o tema da fertilidade aparece somente na releitura dos livros proféticos que acrescentou textos e ditos. Nestas releituras surge sobretudo a pergunta sobre como a vida pode continuar depois do juízo que os profetas tinham anunciado e que se realizou nas experiências de exílio feitas por Israel e Judá. Para concluir,

eu gostaria de mostrar com quatro exemplos como esse tema do desenvolvimento sustentável também da natureza foi inserido nos textos dos livros proféticos.

Primeiro exemplo: o fim do Livro de Amós. Assim como outros profetas, também Amós conhece o motivo da infertilidade da terra no contexto da crítica social. Para aqueles que corrompem o direito e exploram o pobre, ele anuncia:

Vinhas desejáveis plantareis, mas não bebereis do seu vinho (Am 5,11).

Como, porém, a vida pode e deve continuar depois da catástrofe de Israel? O fim do Livro de Amós contém a visão mais espetacular de uma agricultura sustentável que encontramos em toda a literatura profética. Os últimos versículos do livro rezam (9,13-15):

Eis que vêm dias, diz o Senhor, em que o que lavra alcançará ao que sega, e o que pisa as uvas ao que lança a semente; e os montes destilarão mosto, e todos os outeiros se derreterão. E removerei o cativo do meu povo Israel, e reedificarão as cidades assoladas, e nelas habitarão, e plantarão vinhas, e beberão o seu vinho, e farão pomares, e lhes comerão o fruto. E os plantarei na sua terra e não serão mais arrancados da sua terra que lhes dei, diz o Senhor, teu Deus.

A visão é grandiosa, mas ela está vinculada a uma condição. Primeiro precisam ser destruídas as estruturas opressoras do Estado e eliminadas as pessoas que eram os responsáveis pela injustiça social no país. Sobre a visão da agricultura sustentável se diz com toda dureza (9,8.10):

Eis que os olhos do Senhor Javé estão contra este reino pecador, e eu o destruirei de sobre a face da terra; mas não destruirei de todo a casa de Jacob, diz o Senhor ...

Todos os pecadores do meu povo morrerão à espada, os que dizem: Não se avizinhará nem nos encontrará o mal.

Também o segundo exemplo articula a justiça social e o desenvolvimento sustentável da natureza. Trata-se do anúncio de um governante vindo da raiz de Jessé em Isaías 11. Sobre ele é dito nos versículos 4-5:

... julgará com justiça os pobres, e repreenderá com equidade os mansos da terra: e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará o ímpio.

E a justiça será o cinto dos seus lombos, e a verdade o cinto dos seus rins.

Imediatamente depois segue a conhecida visão da paz na natureza (v. 6):

E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e a nédia ovelha viverão juntos, e um menino os guiará ...

Como terceiro exemplo quero citar alguns versículos de Isaías 32. Neles há um íntimo vínculo entre a fertilidade da terra, a paz e a justiça. Quando virá sobre nós o espírito que vem do alto, acontecerá o seguinte (v. 15-18):

Então o deserto se tornará em campo fértil, e o campo fértil será reputado por um bosque.

E o direito habitará no deserto, e a justiça morará no campo fértil.

E o efeito da justiça será paz, e a operação da justiça, repouso e segurança, para sempre.

E o meu povo habitará em morada de paz, e em moradas bem seguras, e em lugares quieto de descanso.

O quarto e último exemplo é o texto famoso da peregrinação de todas as nações para o Monte Sião. Nele se acrescenta ao motivo da justiça social no interior do país o motivo da paz entre os povos. Miqueias 4 vincula ambos os motivos com a ideia de que, nessa situação, as

famílias de agricultores poderão desfrutar também em paz daquilo que produzem em suas terras (Mq 4,4):

... assentar-se-á cada um debaixo da sua videira, e debaixo da sua figueira, e não haverá quem os espante ...

Todos os quatro exemplos mostram que também na literatura profética existe a noção e o conceito de um desenvolvimento sustentável da natureza. É verdade que o acento absoluto dos textos proféticos recai sobre a questão da justiça social. Mas, mesmo assim, existem nas releituras dos livros proféticos alguns textos que refletem as consequências para a natureza. Todos os trechos afins dizem inequivocamente que um desenvolvimento sustentável da natureza é somente possível quando existe justiça social.

Eu gostaria de terminar lembrando do grande bispo brasileiro Dom Helder Camara. Em sua época, ele não se cansou de pregar que não pode haver paz sem justiça. Podemos complementar suas palavras pela afirmação de que não pode haver desenvolvimento sustentável da natureza, do meio ambiente, da agricultura ou do consumo de energia sem justiça. Especialmente a mensagem dos profetas do Antigo Testamento mostra que os dois aspectos andam inseparavelmente juntos. Por isto, eu gostaria de resumi-los em uma só frase:

Não há sustentabilidade sem justiça.